

A Educação Ambiental através de Projetos Socioculturais de Educação Física: um estudo do caso

Environmental education through social and cultural
projects of physical education: a case study

Zander Ribeiro Wanderley Lins

UFRJ

zanderlins@uol.com.br

Jose Jairo Vieira

UFRJ

diversidade.desigualdade.educa@gmail.com

Andréa Lopes da Costa Vieira

UNIRIO

andrea.lcosta@uol.com.br

Luciana Silva Abdalad

Centro Universitário Augusto Motta

diversidade.desigualdade.educa@gmail.com

Resumo

O presente artigo constitui um relato de experiências realizadas no CIEP – Centro Integrado de Educação Pública - Governador Roberto da Silveira, cujos objetivos foram demonstrar as interfaces entre a Educação Física e a Educação Ambiental para uma práxis educativa de responsabilidade socioambiental e destacar a importância do reconhecimento do corpo, por meio dos conteúdos da disciplina Educação Física, como parte integrante da natureza e que interage com o meio ambiente. Levantamos percepção dos professores regentes da Unidade Escolar quanto à mudança de comportamento, de hábitos, atitudes ou condutas dos alunos. O instrumento utilizado foi um questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva, na qual o método utilizado foi o estudo exploratório do tipo Survey, através da aplicação de questionário semiestruturado e de entrevistas junto às professoras do CIEP Governador Roberto da Silveira. Apoiado nos conteúdos dos módulos de disciplinas que integraram o curso de “Políticas Públicas e Projetos Socioculturais em Espaços Escolares”, esta pesquisa apresenta uma nova possibilidade de abordagem em educação ambiental através de um estudo de caso. Concluímos que a escassez de estudos em educação para o meio ambiente não contribui para uma EA emancipatória, porém, toda e qualquer atitude voltada para a EA na escola terá ressonância desde que envolva vários segmentos escolares e seja planejada de maneira multidisciplinar para que a abrangência das ações seja cada vez maior.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Projetos socioculturais. Educação Física.

Abstract

This article is an account of experiments on CIEP - Integrated Center of Public Education - Governor Roberto da Silveira, whose objectives were to demonstrate the interface between Physical Education and Environmental Education for educational praxis of social and environmental responsibility and highlight the importance of recognizing the body, through the Physical Education content as part of nature and that interacts with the environment. We raise awareness of school teachers of the school unit as a change of behavior, habits, attitudes and behaviors of students. The instrument used was a semi structured questionnaire with open and closed questions. This is a descriptive qualitative research, in which the method used was the exploratory study Survey type, by applying a semi-structured questionnaire and interviews with the teachers of the PFIC Governor Roberto da Silveira. Supported the contents of the modules of disciplines integrated the course of Public Policy and Social-Cultural Projects in School Spaces ", this research presents a new possibility of environmental education approach through a case study. We conclude that the lack of education studies for the environment does not contribute to an EA emancipatory, but any attitude toward EA in school will have resonance since it involves several school segments and is planned in a multidisciplinary way for the coverage of shares is increasing.

Keywords: environmental education. Socio-cultural projects. Physical Education.

I ntrodução

A sistemática intervenção no meio ambiente vem tomando proporções preocupantes e sendo cada vez mais questionada em todo o mundo devido aos danos causados ao planeta. Tal preocupação ocupou espaço, em primeiro lugar, em países com economia de mercado avançada, nos quais apareceram mais rapidamente os efeitos de um processo de devastação ambiental (GIDDENS, 1991; FRANCO; DRUCK, 1998).

No Brasil, que possui rica reserva ambiental, o acelerado processo de poluição do ar, dos rios, dos mares e das cidades e o desmatamento de nossas florestas, entre outras formas de agressão ao meio ambiente, tem sido frequentemente acionados como perigos para o patrimônio natural brasileiro.

A partir deste panorama, a Educação Ambiental (EA), na perspectiva do ambiente escolar, surge como viés entre a disciplina Educação Física (EF) e a sensibilização dos alunos para a manutenção da limpeza do ambiente escolar e a conscientização para a preservação ambiental.

Nesta linha de ação, a EA deve ser desenvolvida desde as séries iniciais, momento em que a escola assume a função de legitimar as ações socioeducativas como verdadeiro lócus de construção e disseminação do conhecimento, para a criação de uma cultura de responsabilidade socioambiental e de formação do jovem cidadão.

Em conformidade com o Tema Transversal “Meio Ambiente”, contemplado nos “Parâmetros Curriculares Nacionais” (PCN’s) (BRASIL, 1998), a EA foi incluída no planejamento da disciplina EF, como subprojeto integrante do Projeto Político Pedagógico (PPP) do CIEP Governador Roberto da Silveira, localizado próximo à comunidade do Rio das Pedras, Jacarepaguá, Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, entre o Parque Nacional da Tijuca e a Lagoa da Barra da Tijuca, importantes patrimônios naturais que compõem o ecossistema carioca.

Diante deste quadro, e com o respaldo teórico das disciplinas que compuseram os módulos do Curso de Especialização “Saberes e Práticas na Educação Básica” (CESPEB) - UFRJ, este estudo teve como objetivo principal apresentar os resultados de uma experiência bem sucedida por meio do desenvolvimento de projeto sociocultural de caráter ambiental, alinhado com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da referida unidade escolar, para a conscientização ecológica e manutenção da limpeza do ambiente escolar junto aos alunos desta unidade escolar (UE).

Estas ações significaram o ponto de partida para a sensibilização dos alunos quanto aos cuidados com o meio ambiente natural, como forma de inclusão socioambiental, e de formação da cidadania para a melhoria da qualidade de vida da comunidade escolar.

Portanto, a partir da realidade vivenciada pelos alunos, o presente estudo buscou evidenciar os resultados obtidos através de metodologia específica e avaliações junto aos

docentes acerca do projeto “Educação Física, Educando para o Meio Ambiente”, idealizado pelo autor deste estudo e executado juntamente com a equipe de EF, no CIEP Governador Roberto da Silveira. Estes resultados se expressam por meio de dados quantitativos e qualitativos obtidos através da utilização de instrumentos e tratamento estatístico adequado e que serão descritos e apresentados ao longo desta jornada.

O objetivo do estudo foi verificar a percepção dos professores regentes quanto à mudança de comportamento, de hábitos, atitudes ou condutas dos alunos, após impacto e resultados obtidos por intermédio do Projeto Sociocultural com foco em EA desenvolvido pela disciplina EF no CIEP Governador Roberto da Silveira. Como objetivos específicos, destacamos: a) Demonstrar as interfaces entre a Educação Física e a Educação Ambiental, para uma práxis educativa de responsabilidade socioambiental; b) Destacar a importância do reconhecimento do corpo, por meio dos conteúdos da disciplina Educação Física, como parte integrante da natureza e que interage com o meio-ambiente; c) Sensibilizar os alunos para a importância da destinação correta do lixo produzido no ambiente escolar para a manutenção da saúde corporal e da limpeza do ambiente escolar; e d) Ressaltar a importância da implementação de Políticas Públicas Educacionais voltadas para projetos de caráter socioambiental e cultural.

1. A educação ambiental e a educação física: o projeto

É importante observar, de acordo com a CONAE – Conferência Nacional de Educação - (2010), que a concepção de sucesso escolar que emerge de uma proposta democrática de educação não deve se limitar ao desempenho estudantil, e que, além disso, implica consolidar condições dignas de trabalho, formação e a valorização docente, além da “[...] construção de projetos político-pedagógicos (PPP) e planos de desenvolvimento institucional (PDI) articulados com a comunidade e as demandas dos movimentos sociais” (p.62).

A prática educativa deve ser ministrada por meio de concepções inovadoras e desafiadoras e, ao mesmo tempo, deve romper paradigmas adotados por limitações impostas de “cima para baixo”, ou seja, por meio de um eixo vertical constituído por uma pirâmide em cujo ápice está o poder público e que perpassa pela Política Pública Educacional disseminada pela Secretaria Municipal de Educação (SME) que desemboca na base, que são as escolas.

Os PCN (1998) conferem às unidades escolares as bases legais para a transformação do ensino fundamental de maneira que este atenda às demandas da sociedade brasileira.

O PCN (1998) assevera, ainda, que:

Também a Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96, lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determina como competência da União estabelecer, em colaboração com estados, Distrito Federal e municípios, diretrizes que nortearão os

O processo de seleção e organização dos conteúdos curriculares, desde a sua idealização e concepção, até a sua execução prática e avaliação, percorre um caminho que envolve diversas instâncias e instituições que se caracterizam como uma rede de poder que atua de forma interligada. A CONAE (2010) assegura a garantia da EA na escola como atividade curricular obrigatória em seu PPP, porém, este poder não efetiva a prática da EA regular na escola.

Durante a seleção de conteúdos do currículo, segundo Lopes (2007), as relações de poder envolvem, além do corpo docente, produtores de conhecimento, especialistas em educação, dirigentes e profissionais de editoras de livros didáticos, associações científicas, conselhos editoriais de revistas especializadas em conteúdos e métodos de ensino, além do Ministério e Secretarias de Educação e comissões de seleção de conteúdos de ensino.

De acordo com a autora, todas estas instâncias sociais atuam direta ou indiretamente sobre a escola, sobre a formação e atualização de professores e, ainda, sobre a produção de conhecimento e de materiais para a escola. Além dos conhecimentos selecionados, incluem saberes validados e legitimados em consequência dos embates sociais entre as instâncias que decidem, formulam e exercem influência nos conteúdos de ensino caracterizando o currículo como um instrumento de favorecimento dos interesses de grupos restritos. É a indústria do poder atuando de forma privilegiada no campo da educação.

Sob o olhar de Foucault (1979), o poder, ao contrário de impedir o saber, o constitui sobre o corpo, “[...] através de um conjunto de disciplinas militares e escolares” (p.148-149). O autor propõe, contra o poder da hierarquia científica do saber, a produção de uma insurreição por parte dos saberes dominados, ou seja, o saber histórico (erudito) e o saber não qualificado (saber popular) constituindo-se, em conjunto, no saber histórico da luta. Esta união é classificada pelo autor como uma genealogia.

Mas, de que maneira podemos promover uma insurgência contra os poderes dominantes para provocar uma revolução no processo educacional sem sofrer as consequências de ordem profissional por parte deste poder hierárquico?

Naturalmente, o caminho não é o do confronto, do não cumprimento das obrigações pedagógicas e do descompromisso com o processo ensino-aprendizagem. O processo deve envolver não estes, mas todos os procedimentos comumente utilizados na construção do conhecimento, mesmo que impostos verticalmente, mas adequados à realidade da instituição educacional considerando as suas próprias nuances.

Sob a égide do PCN, a escola deve buscar atalhos que conduzam ao caminho da autonomia pedagógica e do alcance dos objetivos que vão ao encontro das carências que a comunidade escolar apresenta; como demandas socioambientais e culturais, com respeito à

diversidade cultural, regional, étnica, religiosa e política e às diferenças físicas, para a consolidação do processo de construção da cidadania. Todas as ações devem ser revestidas de significado assim como devem dialogar com a cultura infanto-juvenil.

Uma das acepções do PCN sobre currículo sugere que este expresse princípios e metas do projeto educacional de forma flexível, para propiciar discussões e reformulações em sala de aula, “[...] é o professor que traduz os princípios elencados em prática didática” (p.49).

Para isso, diante das considerações do PCN, no momento da elaboração do PPP, a UE tem a possibilidade de elencar conteúdos curriculares que vão ao encontro das necessidades do aluno, o centro do processo educacional e de desenvolvimento de suas capacidades. Nesse processo, os conteúdos curriculares atuam como meios para a aquisição e desenvolvimento dessas capacidades. É quando o aluno assume o papel de sujeito de sua própria formação, através de um processo interativo complexo de intervenção entre professores, alunos e o conhecimento.

No entanto, Lopes (2007) atenta para os processos de organização dos conteúdos em que a própria disciplina escolar é concebida como diversa da disciplina científica, e que isto se deve pelo fato histórico da organização disciplinar do ensino naturalizar este modelo de organização curricular. Nesta linha de pensamento, a autora percebe uma dissociação entre os saberes que não contribuem para a elaboração do currículo e infere que “É desconsiderada a história das disciplinas escolares, com seus significados próprios, capaz de compor uma cultura escolar que ultrapassa os limites do sistema de ensino” (LOPES, 2007, p.198).

A tendência do ensino por intermédio de projetos vem ganhando adesão de vários segmentos da educação, pública e privada, e ganha força na medida em que resultados positivos são constatados e, quando bem articulados com a realidade e as necessidades da escola, torna-se um instrumento facilitador do processo de ensino-aprendizagem. Convém ressaltar que esta modalidade de ensino possibilita explorar um universo educacional diferente do convencional, onde os passos para o saber trilham os caminhos da criatividade, do novo, despertando o interesse do aluno por meio de atividades motivantes que falem a mesma linguagem do educando de acordo com sua realidade ambiental.

Independente da Política Educacional adotada pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ), por meio das Orientações Curriculares, a opção pelo ensino através de projetos educativos e socioculturais é de livre arbítrio da UE. Porém, não há dados estatísticos que retratem o quadro atual acerca do ensino através de projetos, pois são iniciativas dos professores e devem estar vinculadas ao PPP, como o referencial que norteia as ações educacionais.

O tratamento da temática ambiental em sua complexidade e potencialidade pode significar uma conquista importante nas escolas. Osborne e Batista (2010) discutem como os professores

que atuam com ensino formal podem contribuir com o DS e concluem que, na visão dos professores de Educação Física, nenhum componente curricular pode contribuir para a Educação Ambiental se não for de maneira interdisciplinar; embora algumas especificidades da educação física auxiliem a relação interpessoal entre os professores e os alunos.

Nessa direção, a temática da proposta deve estar contextualizada com questões relativas às demandas socioeducacionais, culturais ou ambientais, detectadas junto à turma, a um grupo específico de alunos, à escola ou à comunidade escolar, ou seja, de interesse comum para a apreensão de novos conhecimentos e para as transformações sociais que se espera da escola.

Para tanto, a obtenção de resultados positivos nestas empreitadas depende, em algumas situações, do envolvimento direto ou indireto do responsável pelo aluno por meio do acompanhamento em casa ou em reuniões de pais na própria escola para que estes tomem ciência do rendimento do educando.

Apoiada nos conteúdos apresentados e debatidos através das disciplinas que compuseram o módulo III, “teorias do currículo” e “infância, juventude e cultura”, esta resenha teve como objetivo principal evidenciar a importância que a organização da matriz curricular percebe a partir da articulação dialógica entre o elenco de componentes curriculares em sintonia com a realidade da comunidade escolar, reivindicadas, no nosso entender, por meio de projetos socioculturais como fios condutores para uma prática em EA transformadora.

Políticas Públicas na gestão democrática escolar

Originadas a partir de uma genealogia organizacional do Estado Brasileiro (União, Distrito Federal, Estados e municípios), definidas e executadas por Políticas Públicas setoriais que sintetizam as relações entre o Estado e a Sociedade, as Políticas Públicas de Educação surgem como um dos principais meios de democratização do ensino público.

A instituição de políticas públicas educacionais nas escolas brasileiras proporcionou autonomia às escolas para gerenciar verbas oriundas da implantação destas políticas. Porém, à luz da análise empreendida por Saviani (1998), é de total responsabilidade do Estado a programação e a distribuição dos recursos captados “[...] de acordo com as necessidades sociais e não subordinar os investimentos na área social à geração de algum tipo de excedente na esfera econômica” (p.127).

Diante dessas questões, a educação integra-se por esse caminho à política educacional no conjunto das políticas sociais sem, no entanto, ter o privilégio de uma destinação de verbas que valorize a política social em relação à política econômica.

No contexto das políticas públicas, a EA está amparada pela CONAE (2010) que garante, por meio de recursos públicos, a implementação e o acompanhamento da Lei da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n. 9795/1999). Entretanto, convém ressaltar que os recursos

provenientes do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola – são insuficientes para promover uma EA de qualidade, pois deve servir para a aquisição de materiais didáticos, manutenção das instalações e a prestação de serviços sendo administrados por um conselho gestor legalmente constituído, o Conselho Escola Comunidade (CEC).

A análise a seguir apresenta dados relativos à utilização da verba originária do PDDE com base na “Sistemática Operacional” que confere autonomia às U.E.s para administrar esta verba do Governo Federal, viabilizada por intermédio de uma Política Pública Educacional. Esta abordagem retrata a realidade do CIEP Governador Roberto da Silveira, foco deste estudo.

O PDDE - – Programa Dinheiro Direto na Escola

A captação de recursos para o financiamento da educação no Brasil, em todos os níveis advém da arrecadação de impostos da sociedade e mais da metade destes recursos tem origem na renda do trabalho e não do capital, além de possuir verba adicional do salário-educação e contribuição social das empresas, que destina 2,5% ao mês da folha de pagamento de seus funcionários para a educação.

O PDDE foi instituído, inicialmente, em 1995 por meio da resolução nº 12 intitulado Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), juntamente com uma relação de políticas públicas educacionais, implantadas durante a década de 1990, a partir de ensaio incluído na “Proposta de Governo Mãos à Obra Brasil”.

A concepção desta proposta de política pública para a educação, regulamentada após a edição e reedição de várias medidas provisórias entre 1998 e 2009, quando se tornou lei, e alinhada com um modelo de ensino de qualidade, define o PDDE como uma política pública para o financiamento da educação básica, com suporte no repasse direto de verbas federais para as unidades educacionais das redes públicas de ensino e particulares com atendimento educacional especial.

Estes recursos são originados do “Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação” (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), com objetivos de financiar as despesas de custeio, de capital, manutenção e de atividades pedagógicas que contribuam para melhorar a qualidade do ensino.

O PDDE e o CIEP GOVERNADOR ROBERTO DA SILVEIRA

Dados obtidos junto à direção do CIEP Governador Roberto da Silveira, acerca da gestão dos recursos financeiros disponibilizados a partir da Lei Federal 11.947, de 16 de junho de 2009, que regulamentou definitivamente o PDDE, enfatizam, conforme já foi relatado, que a administração da receita fica a cargo do conselho gestor da escola composto por professores,

alunos, funcionários, diretores, responsáveis e representantes comunitários que constituem o CEC.

Esta verba federal era disponibilizada em 2010 para a U.E. uma vez ao ano, a partir de informação prévia sobre o quantitativo total de alunos matriculados na escola. De acordo com relatos da direção, o percentual destinado a cada aluno é fruto da divisão da verba total pelo número de alunos e que o montante disponível em 2010 alcançou o valor de R\$10.260,00 mais R\$2.100,00 relativos aos alunos do ensino fundamental. Estes valores são creditados em conta corrente administrada pelo CEC que, na condição de unidade executora, constitui-se em sociedade civil de caráter jurídico de direito privado habilitada a gerir a verba transferida.

É importante destacar, conforme observação da equipe de direção, que a prestação de contas em relação à verba recebida e utilizada deve ser feita anualmente junto ao FNDE, órgão cedente, e que, em caso de não utilização total ou de parte dos recursos, os mesmos devem ser devolvidos para serem novamente disponibilizados no ano seguinte.

Em consonância com a proposta do PDDE quanto ao uso correto dos recursos, a equipe gestora lembrou que sempre solicita a opinião dos professores quanto à aquisição de materiais didáticos, incluindo a equipe da disciplina EF.

É consenso entre a diretoria, o corpo docente e entre funcionários em geral, que a verba disponibilizada pelo PDDE promoveu maior autonomia na administração escolar, no entanto, algumas dificuldades ainda se fazem presentes no momento de efetuar compras ou pagamentos.

Para melhor compreender a dinâmica de utilização destes recursos, consultamos a “SISTEMÁTICA OPERACIONAL/SME, PDDE/2009”, documento que regulamenta a gestão deste capital com informações gerais, obrigações da Unidade Executora (CEC), prazos de execução do programa e de prestação de contas e outros atributos legais para fornecer o devido aporte quanto à correta utilização das verbas alocadas pelo programa.

A gestão democrática na utilização destes recursos revelou a importância desta política educacional para a melhoria do processo ensino-aprendizagem. Tomando como exemplo a disciplina EF, antes pouco suprida de materiais básicos para a rotina das aulas, hoje dispõe de materiais em número satisfatório com variedade e qualidade.

O conceito apresentado pelo “PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO” (PDE, 2008), destaca o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – como o único indicador de qualidade na apuração de resultados combinados entre o desempenho escolar (Prova Brasil) e os resultados de rendimento escolar (Censo Escolar). Nesse contexto, é possível inferir que a criação do PDE fixou metas de desenvolvimento educacional de médio prazo, monitoradas por metas intermediárias de curto prazo sobre a reforma de qualidade do modelo educacional.

Em última análise, o CIEP Governador Roberto da Silveira atingiu o índice 5,3, não sendo considerado o ideal, porém, representou aumento significativo em relação ao ano anterior e reflexo dos recursos disponibilizados pelo PDDE, como modelo de gestão democrática da escola pública. O alcance deste índice culminou com uma bonificação de um salário e meio para cada professor, pois a U.E. está inserida no projeto “Escola do Amanhã”, motivo pelo qual aumenta a motivação dos profissionais no desempenho da função devido aos baixos salários percebidos pelos docentes do magistério público.

Educação Física, Educação Ambiental e qualidade de vida

Entre os objetivos do ensino fundamental propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) para a disciplina Educação Física (EF), destacamos aquele que se enquadra no eixo das relações entre este componente curricular e a Educação Ambiental (EA). Nesse objetivo, os PCN propõem que os alunos sejam capazes de “perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente” (p.7).

No contexto atual, a prática da EA está assegurada, segundo a Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010), entre outros, por meio da garantia de recursos públicos para a implementação e acompanhamento da Lei da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n. 9795/1999), pela implantação de políticas públicas e de programas de EA curriculares, e pelo estímulo à participação da comunidade escolar nos projetos pedagógicos, através da garantia nos estabelecimentos de ensino de uma EA crítico-emancipatória para a formação de sociedades com sustentabilidade ambiental, social, política e econômica com o objetivo de repensar as relações do ser humano com a natureza e os seus impactos.

Num contexto mais amplo, a EF, em suas interseções com o tema transversal meio ambiente, assume condição privilegiada para desenvolver a EA, em relação a outros componentes curriculares, na medida em que aborda o conhecimento do corpo e os cuidados de si mesmo, como parte integrante do meio ambiente, através de atividades que estimulem a responsabilidade social voltada para a saúde e a qualidade de vida.

Esta perspectiva ampla de formação do profissional de EF encontra respaldo em Freire e Scaglia (2003), quando afirmam que a EF recorre às práticas corporais com o intuito de desenvolver conhecimentos que devem advir das relações entre as pessoas e seu mundo resultando em conhecimento individual como produto da relação e da ligação estabelecida com o mundo. Também muito importante, resulta:

O favorecimento da apropriação dos patrimônios culturais produzidos pela humanidade; no caso específico da educação física, a apropriação da cultura mais diretamente vinculada às práticas corporais, tais como os jogos e exercícios. Essas práticas serão tanto objeto de ensino

quanto veículo educacional (neste último caso, quando tematizadas). (FREIRE; SCAGLIA, 2003, p. 33)

Vale enfatizar que a sensibilização para as questões inerentes à EA, através da EF, deve refletir o cotidiano dos educandos a partir de uma visão holística quanto ao equilíbrio dos diferentes sistemas para um modelo de sociedade sustentável que se espelhe na realidade local.

Fundado em Vargas e Tavares (2004), para que a prática da EF escolar esteja alinhada com a EA e apresente resultados satisfatórios, é necessário que as atividades desenvolvidas estejam em acordo com os princípios que norteiam a EA, como a cooperação e a participação, por exemplo, que deverão estar revestidas por uma consciência meio ambiental.

Por sua vez, Rodrigues e Darido (2006) esclarecem que os objetivos da EA devem priorizar a aquisição de conhecimentos, atitudes e valores sociais que estimulem a participação de forma ativa na melhoria do meio ambiente.

Nas palavras de Almeida e Barbosa (2009), qualidade de vida envolve vários aspectos da vida de uma pessoa e da população em geral. De forma positiva, esse termo expressa o nível de satisfação que uma pessoa tem com a vida. “Mas uma boa qualidade de vida depende de uma série de fatores: como a dimensão emocional, dimensão física e a dimensão ambiental.” (p.1)

Em relação à EF escolar, é possível inferir que a prática de atividade física regular orientada promove a saúde física e mental do praticante e contribui para a melhoria da qualidade de vida, entre outros motivos, por ser realizada em ambientes naturais ou em condições de limpeza adequadas para a manutenção da higiene e saúde corporal dos alunos. Nesta paráfrase sobre as ideias de Vargas e Tavares (2004), entendemos que a escola é o ambiente ideal para disseminar os valores pessoais, éticos e morais para uma conduta digna e de responsabilidade para com o meio ambiente, para tanto, a escola, como legítimo lócus de construção do conhecimento, deve proporcionar uma prática educacional transformadora de valores e atitudes para a aquisição de novos hábitos e competências para a construção de uma nova postura ética sensibilizadora e conscientizadora no processo educacional ambiental.

Os pressupostos supracitados encontram eco nas assertivas de Almeida e Barbosa (2009) quando afirmam que:

A problemática ambiental constitui um importante espaço catalisador e produtor de valores regulatórios da qualidade de vida. Neste sentido, a consciência ambiental, torna-se essencial às práticas docentes, como suporte de uma vida moderna, consciente, sustentável e ecologicamente correta. É fato que os profissionais de educação física podem desempenhar um papel fundamental. (p.4)

De acordo com Almeida e Barbosa (2009), no ambiente escolar, o educador físico assume a função, junto aos alunos e à sociedade, de orientador e conscientizador de aspectos relativos à EA, pois esta é um processo participativo em que o aluno é o centro do processo ensino/aprendizagem que se deseja, atuando de maneira efetiva ao identificar problemas

ambientais. Ao mesmo tempo, este educador deve preparar o educando para buscar soluções, preparando-o como agente transformador por meio da aquisição de competências e tomada de atitudes, que trilham os caminhos de uma conduta ética que o conduza ao exercício da cidadania.

É senso comum que a prática de atividades físicas proporciona melhorias na qualidade de vida, entretanto, colocar em prática as atividades inerentes à EF, de maneira dialógica com os conceitos da EA, talvez seja o maior desafio para o professor que deseja desenvolver atividades de EA na escola. Apoiado nas experiências em EA vivenciadas anteriormente na U.E. que serviu como campo de investigação para este estudo; e considerando os relatos dos autores sobre a prática da EA na escola, relacionamos alguns questionamentos frequentes relativos ao desenvolvimento de atividades voltadas para a EA no âmbito escolar:

- Como adequar os conteúdos da EF com uma proposta de EA transformadora?
- Como identificar os problemas que interferem nas aulas de EF no ambiente escolar?
- De que formas podem ser abordadas as questões ambientais que afetam a escola, seu entorno, e o planeta?
- Qual metodologia utilizar na abordagem da EA?
- É possível fazer correlações da realidade ambiental da escola com exemplos da vida real?

No tocante a este contexto, os questionamentos que ora surgem, também permearam as ideias do autor deste discurso quando da elaboração do projeto “Educação Física educando para o meio ambiente”, no CIEP Gov. Roberto da Silveira.

Educação Física, educação ambiental, produto cultural e projetos

O desenvolvimento das etapas, que culminou com a interlocução entre a U.E. e um produto cultural, retrata a experiência vivida pelos alunos durante todo o projeto da disciplina EF e o meio ambiente, por meio da EA no CIEP Governador Roberto da Silveira.

Em sintonia com o Projeto Político Pedagógico da instituição, o projeto intitulado “Educação Física: brincando e aprendendo através do corpo” teve desdobramento no 3º bimestre de 2009, por meio do subprojeto “Educação Física Educando para o Meio Ambiente”, no qual também foi abordado o folclore, outro tema integrante do PPP.

O ponto de partida que alavancou o desenvolvimento das ações foi a constatação da realidade: o lixo produzido pelos alunos. A sensibilização dos alunos para a realidade do problema serviu como base do processo ensino-aprendizagem e, como apoio, lançou mão da utilização de recursos audiovisuais, literários, das artes plásticas e cênicas e de atividades lúdicas de campo, próprias da EF e da EA, que forneceram o suporte necessário à conscientização dos alunos quanto à manutenção da limpeza do ambiente escolar.

Conforme nos informa Almeida e Barbosa (2009), a sensibilização dos alunos é determinante: “Para nós professores de Educação Física a conscientização ambiental dos alunos será de grande valia para um melhoramento na qualidade de vida dos mesmos, e conseqüentemente dos seus pais, irmãos, amigos e da sociedade em geral.” (p.4).

A prática educativa contemporânea transita cada vez mais por caminhos alternativos aos recursos didático-pedagógicos tradicionais e que permitem enriquecer o processo de construção do conhecimento. As novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) servem como fonte inesgotável de pesquisa e exercem forte apelo em virtude de serem familiares e de domínio de muitos estudantes e, por este motivo, despertam grande interesse entre os jovens, transformando-se em importante aliada do profissional de educação, como meio de transmissão do conhecimento.

Todavia, entendemos que estes recursos não dialogam com o educando no nível das competências afetivas, cognitivas e psicomotoras, acerca do desenvolvimento de valores, reconhecidamente envolvidos no âmbito do contexto lúdico das aulas de educação física. Na acepção de Huizinga (2005), além do jogo em si, a música, a poesia, a dança e as artes também percebem um caráter lúdico em suas dinâmicas.

Em termos práticos, podemos inferir que estas atividades oferecem um diferencial único em relação à utilização dos recursos tecnológicos na medida em que despertam no ser humano sensações agradáveis de alegria e prazer, como o sentimento despertado pelo belo através das artes, a melodia harmoniosa da música, a beleza estética da dança, o jogo com as palavras na poesia, a diversão promovida pelo jogo recreativo ou a apreensão de valores educacionais por meio da interação com a dramatização teatralizada. A sensibilização do educando através destes estímulos deixa marcas que contribuem para a fixação da aprendizagem a partir da experiência vivida, sentida, experimentada e expressada pelo aluno.

Nesta perspectiva, a opção pelo ensino através de projetos permitiu ao grupo de professores, principal elo entre o aluno e o conhecimento, promover a interlocução entre a cultura e a escola de forma interdisciplinar, para abordar a EA, também, através das artes no CIEP Governador Roberto da Silveira.

Sob este prisma, Valentin e Santana (2010) corroboram com a seguinte assertiva:

A realização de um projeto de trabalho permite que se integre o conteúdo de diversas disciplinas, conferindo-lhe uma perspectiva interdisciplinar, que exige um envolvimento de todos os professores, supondo algo mais do que apenas ministrar aulas. O papel do professor será o de construir, na ação, o conhecimento elaborado durante o processo, contextualizando-o. (p.6)

E enfatizam:

Pela natureza interdisciplinar, desenvolver projetos de Educação Ambiental, parece se constituir numa postura pedagógica muito interessante. “A Educação Ambiental é globalizadora

e articuladora, trazendo para a escola um universo de significações, que envolvem questões presentes no cotidiano, na vida, nas relações entre a sociedade e a natureza”. (p.6)

Portanto, a realidade de degradação ambiental verificada na comunidade escolar do entorno do CIEP, localizada entre a Lagoa da Tijuca e a Floresta da Tijuca, traduz a importância do desenvolvimento de ações de caráter socioculturais e socioambientais junto aos alunos. A poluição de rios e lagoas, o lixo despejado em locais públicos e a ausência de árvores em quase toda a comunidade justificam a relevância das ações e das experiências para melhorar a qualidade de vida no ambiente escolar e na comunidade.

Finalizando, o motivo pelo qual foram desencadeadas as ações deve-se ao fato de que, durante as aulas de EF, os alunos eram levados a perceberem-se cercados por embalagens de biscoito, doces, refrescos etc., lixo em sua maioria produzido por eles próprios, momento em que eram reforçadas as questões e questionamentos sobre saúde e higiene corporal, parte integrante da natureza e em relação ao meio que o cerca e que com ele interage. Estas ações permearam a integração entre a EF e a EA, com ênfase na preservação do meio-ambiente (construído e natural) e destino adequado para o lixo através da coleta seletiva para a reciclagem.

Por fim, apoiado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que abordam o tema transversal meio-ambiente de forma interdisciplinar e em consonância com a proposta pedagógica Multieducação, o subprojeto “A Educação Física Educando para o Meio Ambiente” teve como objetivo, no primeiro momento em sala de aula, sensibilizar e aumentar o nível de consciência dos alunos por meio de livros de histórias e filmes educativos sobre poluição, preservação ambiental, produção de lixo, coleta seletiva e reciclagem, atividades de campo físicas e lúdicas para recolher materiais recicláveis para posterior separação e destinação aos depósitos de coleta seletiva.

Concluindo, na sequência do método empreendido, na aula seguinte, retorno à sala de aula para a produção de trabalho de artes plásticas retratando as etapas anteriores. A confecção destes trabalhos, além de auxiliar na fixação da aprendizagem, serviu para exposição e composição do cenário da última fase e culminância do projeto, um teatro de fantoches que abordou a importância da preservação do ambiente escolar e do meio ambiente natural envolvendo personagens do folclore, tema do PPP no bimestre seguinte.

A metodologia do projeto “Educação Física educando para o meio ambiente”: caminhos percorridos

A metodologia adotada no desenvolvimento deste evento é o resultado de uma miscelânea de ideias e práticas em EA vivenciadas pelo autor deste estudo a partir do contato frequente com ambientes naturais, passando pelo projeto “Educação por Natureza”, no Parque Nacional da Tijuca (PNT) e escolas do entorno, que ampliou os conceitos sobre EA e do desenvolvimento de

atividades em EA nas escolas por onde este pesquisador lecionou. O método, de fácil execução, foi desenvolvido ao longo do 3º bimestre e teve boa aceitação na U.E.

O projeto foi planejado para os alunos do CIEP Governador Roberto da Silveira, objeto de estudo nesta pesquisa, que atende a comunidade do Rio das Pedras, no Ensino Infantil e no primeiro ciclo do ensino fundamental. Trata-se de uma escola localizada em uma área urbana. Nesta comunidade escolar, não são raros os casos de desajustes familiares relatados pelos alunos e pelos responsáveis. Também, é rotina na escola a troca de informações com docentes, coordenação ou direção sobre alunos com dificuldades. Em casos específicos, o procedimento adotado é o encaminhamento para acompanhamento especializado, procedimento formal na rede pública de ensino. Em última instância, os casos mais relevantes que evidenciem maus tratos, violência ou qualquer tipo de transgressão aos direitos assegurados à criança, por parte de familiares ou não, são passíveis de consulta ao conselho tutelar. A escola possui, aproximadamente, 1200 alunos matriculados, fazendo parte deste projeto alunos de todas as turmas.

Inicialmente, o objetivo do trabalho foi sensibilizar os alunos, por meio de metodologia expositiva oral e visual quanto à poluição produzida de forma geral nas cidades. A partir da contação de histórias ilustradas – Chega de sujeira – os alunos foram levados a refletir sobre as diferentes formas de poluição observadas no bairro, como o despejo de lixo nos rios, lagoas, ruas, praças e na escola; a poluição do ar por veículos e indústrias aliada ao desmatamento e até mesmo a poluição sonora, comum na escola.

A cada momento eram feitas correlações entre as formas de poluição e suas consequências para a saúde e o meio-ambiente, como a presença de animais e insetos que provocam doenças e o mau cheiro, ocasionados pelo acúmulo do lixo que obstrui a passagem da água durante os temporais e geram alagamentos, comuns na região. Na medida em que o método se desenvolvia, eram comparados os problemas apresentados e os vivenciados pelos alunos na comunidade.

Seguindo a metodologia proposta, na aula seguinte foram exibidos filmes em DVD com conteúdo de EA – “A Turma da Limpeza”, “Aventura na Mata”, “A Mensagem misteriosa” e “Os Rios Nascem no Céu” - adequados à faixa etária de cada turma e que abordam os cuidados com o meio-ambiente, como o destino adequado ao lixo através da coleta seletiva e a reciclagem, a preservação da flora e da fauna e a não poluição de rios, lagoas e praias, com ênfase na importância destes ecossistemas como patrimônio natural de cada região.

O terceiro momento do projeto levou os alunos a aliar teoria e prática, pois as informações adquiridas na fase inicial de sensibilização permitiram aos mesmos vivenciar, de forma lúdica, os problemas com o lixo na rotina da limpeza do ambiente escolar. Convém ressaltar que a varrição

do lixo na U.E. é feita diariamente pela equipe da COMLURB – Companhia Municipal de Limpeza Urbana.

A metodologia nesta fase buscou suporte nos princípios da cooperação com objetivo comum. Divididos em grupos e áreas do espaço escolar, os alunos foram orientados a recolher todo o lixo reciclável durante um tempo pré-determinado cujo término era sinalizado com o silvo do apito, para que retornassem ao ponto de partida para posterior seleção, observação, avaliação e encaminhamento dos materiais recolhidos aos depósitos de lixo destinados à coleta seletiva existentes na U.E.

A opção em estipular um tempo para o recolhimento dos materiais deveu-se à necessidade de outras turmas vivenciarem a mesma experiência e de haver resíduos suficientes para a tarefa. Os alunos procediam ao recolhimento de resíduos com grande entusiasmo, enchendo sacos e depósitos de lixo em pouco tempo. O tempo restante da aula era destinado à recreação, pois, afinal, era aula de EF.

A quarta etapa do processo foi realizada em sala de aula e consistiu em levar os alunos a refletirem sobre as experiências vividas anteriormente por meio de atividades de estímulo ao desenvolvimento da criatividade. Através da confecção de uma produção artística (desenho, pintura, colagem, maquete...), os alunos reproduziram as experiências vividas durante as fases anteriores do projeto para posterior avaliação da apreensão dos conteúdos. Todos os trabalhos produzidos pelos alunos foram organizados e expostos no dia da culminância do projeto e serviram como cenário para um produto cultural dramatizado - teatro de fantoches.

A última fase do projeto “A Educação Física Educando para o Meio Ambiente” contou uma história, teatralizada com fantoches e protagonizada pelos professores de Educação Física, sobre a preservação do meio ambiente construído (escola, ruas etc.) e natural (flora, fauna), utilizando personagens de Monteiro Lobato (Sítio do Pica-Pau Amarelo) - série de TV conhecida pelas crianças - e do folclore brasileiro, como o “Saci Pererê”, musicado com a trilha sonora da série.

Convém ressaltar que o Projeto Pedagógico da U.E. para o terceiro bimestre foi o folclore brasileiro, pautado na obra de Monteiro Lobato e seus personagens, e que foi muito bem alavancado com o evento, segundo relatos de algumas professoras.

No decorrer da história os alunos eram estimulados a interagir com os personagens diante de situações abordadas anteriormente nas outras fases do projeto, como a sujeira nas dependências da escola, os cuidados com a flora e fauna e a poluição observada no Rio das Pedras, que nasce no Parque Nacional da Tijuca (PNT), próximos da escola e dos próprios alunos. Este rio corta a comunidade e desagua na Lagoa da Tijuca que margeia a comunidade e também está poluída. Esta interação permitiu ao corpo docente interpretar de forma positiva a apreensão dos conteúdos por parte dos alunos conforme dados obtidos através de relatos registrados em instrumento apropriado.

Estes dados se expressam na avaliação das professoras, às quais foi submetido um questionário, elaborado com o objetivo de avaliar os resultados do processo acerca da observação da conduta dos alunos com relação ao lixo produzido pelos alunos no ambiente escolar. Para Cochran-Smith e Lytle (1993, apud MOREIRA; CALEFE, 2008, p.14), os professores têm sido objeto de estudo de pesquisadores de universidades e as escolas e salas de aulas servindo de locais de coleta de dados sobre padrões de comportamento dos alunos.

O instrumento revelou dados percentuais qualitativos e quantitativos que serão apresentados na sessão seguinte e o discurso das educadoras sobre as impressões relativas ao projeto. O espaço destinado às observações possibilitou às professoras expressar opiniões ou proceder a uma avaliação própria sobre as atividades vivenciadas por sua turma.

A fala dos professores: exposição e análise dos dados

Esta parte teve como objetivo descrever o modelo de estudo utilizado, o local que serviu como campo de investigação e os sujeitos selecionados para participar da pesquisa, bem como os instrumentos e os procedimentos empregados na coleta e tratamento dos dados. Esta seção balizou o estudo através de metodologia adequada ao perfil dos sujeitos entrevistados durante os procedimentos relativos à coleta de dados.

Segundo Thomas e Nelson (2002), o método de pesquisa descritiva mais comum é o estudo exploratório, estudo de status amplamente utilizado na educação e nas ciências comportamentais. O seu valor está baseado na premissa de que os problemas podem ser resolvidos e as práticas melhoradas por meio da observação, análise e descrição objetivas e completas.

O método utilizado foi o estudo exploratório do tipo Survey, através da aplicação de questionário semiestruturado e de entrevistas junto às professoras do CIEP Governador Roberto da Silveira, campo de investigação deste estudo para a coleta de dados. Esta técnica de pesquisa descritiva procurou determinar práticas presentes ou opiniões de uma população específica, com a amostragem selecionada e previamente definida, ou seja, todas as professoras regentes de turma da U.E.

Seleção da amostra

No estudo em foco, a seleção da amostra se deu por um único critério norteador, a condição necessária de que os sujeitos fossem professoras regentes de turma da U.E., perfazendo um total de 31, por estarem em contato diário com os alunos nos diferentes ambientes da instituição e observarem, de forma direta, a conduta dos alunos acerca dos

procedimentos e condutas abordados durante as fases do projeto. Por esse motivo, acreditamos, puderam responder às perguntas pré-elaboradas do instrumento questionário com mais propriedade de um total de dez questões fechadas e uma opcional aberta para registro de impressões sobre a mudança de comportamento dos alunos quanto à manutenção da limpeza do ambiente escolar.

Apresentação e discussão dos resultados

Os resultados obtidos através da análise do questionário nos permitem interpretar as percepções do grupo de trinta e uma professoras respondentes a partir do contato diário com suas turmas.

Perguntamos ao grupo de professoras regentes a respeito da relevância do projeto para o processo educacional e 100% do grupo considera importante esta iniciativa de ações práticas na escola. Parece que a equipe docente esteve em sintonia visando o sucesso dos objetivos do projeto. Segundo as informantes entrevistadas “O projeto foi bem elaborado e aplicado e teve uma recepção muito boa por parte dos alunos” (Inf. 6). Já a informante 7 nos disse que “O projeto foi muito bom e conseguiu sensibilizar os alunos do período final” (Inf. 7). Consideramos a experiência interdisciplinar positiva para o cotidiano da escola, pois parece que houve uma superação do ideário de desvalorização do profissional de Educação Física na escola. Segundo a informante 4 “Pude observar que as atividades desenvolvidas pelos professores de educação física colaboraram bastante com relação às questões de limpeza e atitudes de preservação”. Já outra docente nos diz que “Achei bem legal a integração, da Educação Física a temas mais importantes e que muitas das vezes acabam não tendo a atenção especial que merece” (Inf. 12).

Em seguida foi perguntado ao grupo a respeito da opinião delas sobre a motivação dos alunos com o projeto. Sobre este aspecto 71% das professoras regentes responderam “sim”, 29% das entrevistadas responderam “parcialmente” e 0%, ou seja, nenhuma professora disse “não”. Parece que novas atividades e propostas educativas que envolvam o lúdico e a brincadeira motivam a maioria do grupo, embora ainda haja certo estranhamento e resistência de alguns alunos, que não se sentiram envolvidos e motivados pelas atividades propostas. A professora regente da turma da Classe Especial nos disse que os alunos “Foram receptivos e interagiram positivamente”, e que “Dentro das suas possibilidades, participaram positivamente” (Inf.1). As professoras informantes também comentaram que os alunos “Se envolveram com o contexto do projeto, na medida de seu desenvolvimento. Ao longo do tempo demonstram estarem internalizando gradativamente os conteúdos apreendidos” (Inf. 3). Esta ideia foi corroborada pela maioria das docentes. Para a professora das turmas do Projeto Acelera “A turma recebeu muito bem o projeto e mostrou-se disposta a colaborar efetivamente” (Inf. 6).

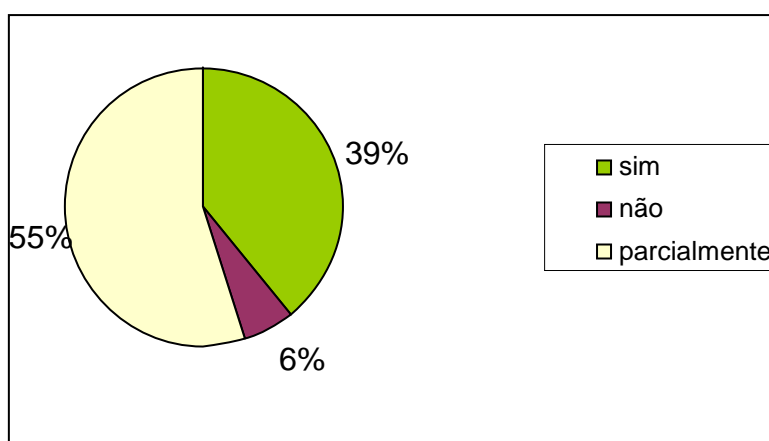
Gráfico 1



Na questão relativa à limpeza das salas de aula, 55% das entrevistadas responderam “parcialmente”, 39% “sim” e apenas 6% indicaram “não”, mostrando que houve maior preocupação com o ambiente em que os alunos passam a maior parte do tempo. Parece que, embora tenha tido um resultado positivo, ainda há um longo caminho no que diz respeito às questões de higiene básicas. Este resultado é confirmado quando perguntamos às professoras regentes a respeito da aquisição e mudança em relação aos hábitos de higiene: 58% das professoras registraram “sim”, 39% “parcialmente” e apenas 3% informaram “não” ter notado diferença, o que mostra que o nível de consciência para com a saúde aumentou. Para a informante 6, os alunos “Sentiram-se envolvidos e interessados com as atividades propostas durante o desenvolvimento do projeto, além de terem adquirido nova visão do meio ambiente e cuidados necessários para preservá-los, demonstrados cotidianamente na escola”.

Gráfico 2

SALAS MAIS LIMPAS

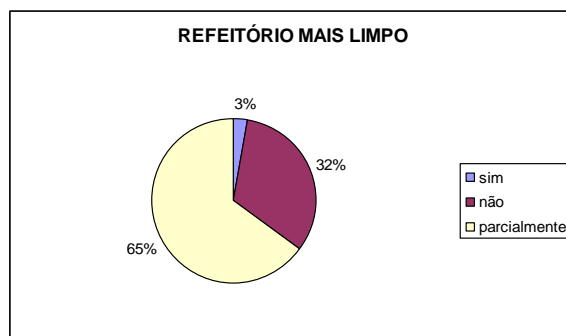


A questão 4, refeitório mais limpo, teve 65% de respostas “parcialmente”, 3% “sim” e 32% “não”. Estes dados se justificam na medida em que este ambiente não foi abordado durante as

ações do projeto e, após a passagem de várias turmas de séries diferentes, deixam muitos resíduos de merenda que são posteriormente removidos.

Gráfico 3

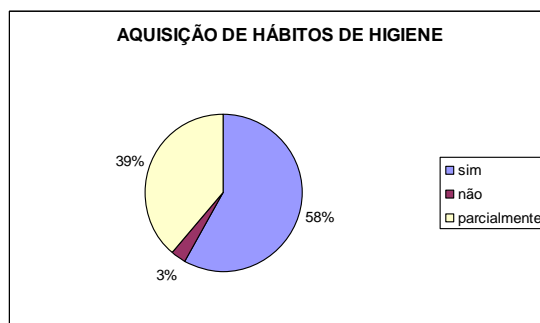
E o refeitório?



O item referente à “aquisição de hábitos de higiene”, questão 5, revelou que 58% das professoras registraram “sim”, 39% “parcialmente” e apenas 3% informaram “não” ter notado diferença, o que mostra que o nível de consciência para com a saúde aumentou.

Gráfico 4

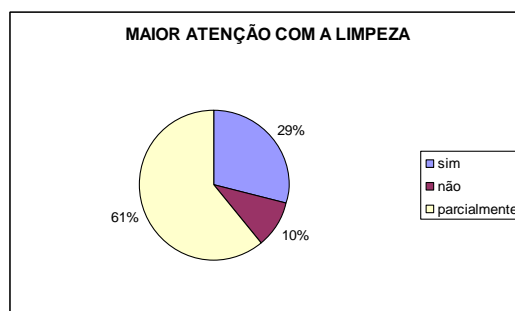
Você acha que as atividades desenvolvidas contribuíram para a aquisição de hábitos de higiene por parte dos alunos?



Com relação ao item 6 (maior atenção dos alunos com a limpeza do ambiente escolar) 61% dos sujeitos informaram “parcialmente”, 29% “sim” e 10% “não”. Estes dados permitem a interpretação de houve ligeira melhora neste aspecto, e que há ainda muito a melhorar.

Gráfico 5

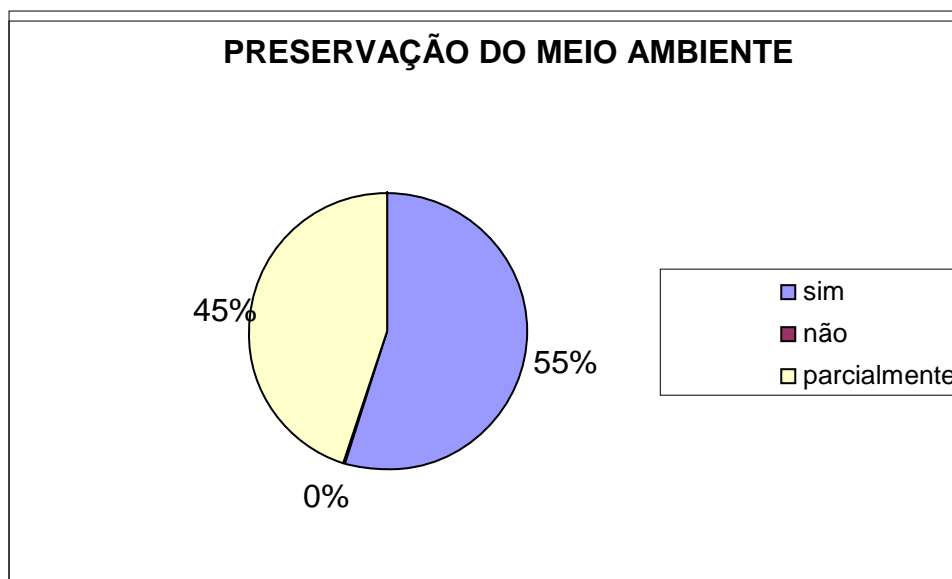
Passadas as atividades, você percebeu maior atenção dos alunos para com a limpeza dos ambientes?



Para 55% das professoras questionadas quanto à percepção de mudança de comportamento dos alunos em relação à preservação do meio ambiente, a resposta foi “sim”, 45% “parcialmente” e 0% “não”, indicando que os alunos tiveram mudanças de atitude acerca da problemática ambiental. “Alguns alunos atingiram os objetivos propostos no projeto e outros ainda não, por isso alguns quesitos foram assimilados parcialmente”. “Os alunos conheceram e vivenciaram este projeto a partir das atividades realizadas. Houve o despertar da consciência sobre o tema, mas ainda é necessário que esta também se traduza em algumas mudanças de comportamento e atitudes, de forma autônoma, voluntária.” (Inf. 10). Segundo Gadotti (2008) “Educar para a sustentabilidade é, essencialmente educar para a simplicidade voluntária e aquisição de novos valores: paz, saber escutar, saber viver e conviver com o outro” (p.76).

Gráfico 6

Você percebeu mudanças de comportamento dos alunos quanto às questões relativas à preservação do meio-ambiente?

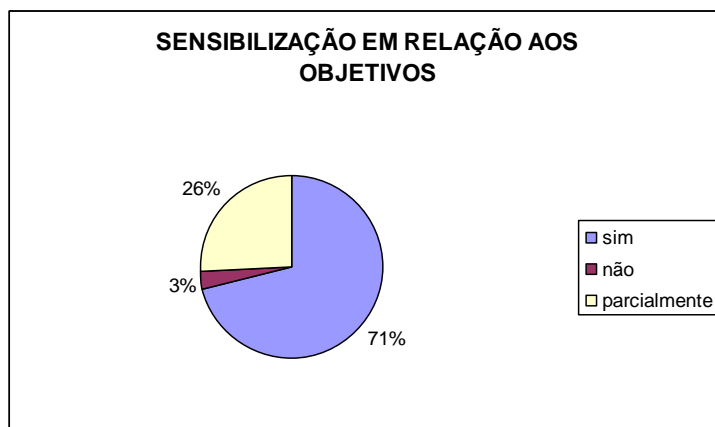


No item que tratava da sensibilização em relação aos objetivos propostos, questão 8, entre as respondentes, 71% acreditam que “sim”, 26% “parcialmente” e apenas 3% informaram que “não”.

Estes números apontam para um aumento considerável no nível de sensibilização por meio das atividades do projeto.

Gráfico 7

Em termos gerais, você acredita que houve sensibilização dos alunos em relação aos objetivos propostos?



Na questão de número 9, que tratou da dispersão seletiva do lixo, 58% justificaram como que "parcialmente" e 42% apontaram para o "sim" com 0% indicando "não".

Gráfico 8

Você percebeu a preocupação dos alunos com a dispersão do lixo de maneira seletiva?

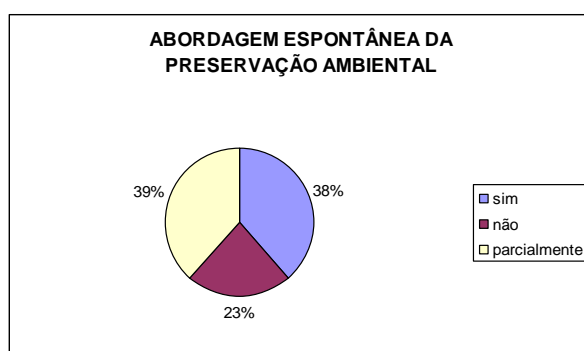


Por fim, sobre a questão que trata da abordagem espontânea dos temas por parte dos alunos, 39% apontaram "parcialmente", 38% "sim" e 23% "não". O equilíbrio entre as duas primeiras opções aponta para a ampliação da discussão sobre a questão, pois se há o diálogo espontâneo sobre o tema, há indicativos de que o grupo foi sensibilizado e que as ações devem ter continuidade para que se consolidem durante o processo educacional. Algumas professoras indicaram a relevância e a necessidade de continuidade deste tipo de projeto educacional. A docente das turmas de Educação Infantil sugere que "Uma continuação deste aspecto seria

importante para sensibilização dos alunos com pouca idade. Acredito se o projeto se estendesse aos responsáveis, teriam mais resultado” (Inf.14). Neste caso, a professora aponta a ampliação dos objetivos para alcançar os responsáveis também. Isso parece relevante devido às condições de falta de higiene e de cuidado com o meio ambiente presentes no cotidiano da comunidade em que as crianças residem. “Acredito no projeto, mas ele não pode ser o momento, durante um período específico, tem que ter continuidade”. Façam com os alunos outros dias de observação e avaliação do ambiente escolar, refletindo com eles se houve melhorias e se não houve (...) (Inf.6).

Gráfico 9

Seus alunos abordam o tema preservação ambiental e seletividade do lixo entre si, sem a sua intervenção?



A partir do espaço disponível no questionário para o registro de outras impressões destes profissionais acerca do projeto, foi possível interpretar que o discurso dos docentes revela que os resultados percebidos, tanto dos professores como dos alunos, foram positivos.

Ainda que os resultados obtidos a partir da avaliação dos educadores sobre o projeto tenham sido satisfatórios, alguns dados extraídos das respostas e dos discursos do instrumento evidenciam a necessidade da continuidade das ações, do envolvimento da família e também da capacitação do professor para que esteja preparado para os desafios que a prática educativa na área da EA suscita e que devem ser abordados.

Considerações

Os estudos e as análises feitas ao longo desta investigação permitiram que se chegasse a algumas conclusões sobre as questões que envolvem as ações em Educação Ambiental (EA) no ambiente escolar. Convém ressaltar, que as políticas públicas educacionais para a EA se mostram tímidas e, apesar de asseguradas pela Lei Nacional de Educação Ambiental, através do Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronea) e da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), não se fazem cumprir de forma prática na instituição escolar. Da mesma

forma, não efetivam a capacitação prática do professor por meio da formação continuada assegurada por Lei.

Outra questão perturbadora é o descaso do poder público para com a educação, em todos os sentidos, e, neste particular, com uma EA crítica e emancipatória para a formação de sociedades com sustentabilidade ambiental, conforme preconiza a CONAE/2010, como instrumento de promoção da qualidade de vida da população e de luta contra a precariedade da prestação de serviços públicos básicos como saneamento e coleta de lixo.

No âmbito escolar, a organização curricular deve incorporar a EA de forma obrigatória no Projeto Político Pedagógico (PPP) por meio de atividades contínuas ao longo do ano letivo, e não se resumirem a bimestres isolados ou à semana do meio ambiente no mês de junho. Preferencialmente, essas práticas devem envolver a comunidade escolar para que a sensibilização alcance, além dos alunos, a família, os amigos, a comunidade e quantos mais forem possíveis. Porém, pouco é feito em virtude do despreparo do profissional para desenvolver atividades em EA.

A escassez de estudos em educação para o meio ambiente não contribui para uma EA emancipatória, porém, toda e qualquer atitude voltada para a EA na escola terá ressonância desde que envolva vários segmentos escolares e seja planejada de maneira inter e multidisciplinar para que a abrangência das ações seja cada vez maior. Nesta perspectiva, a disciplina Educação Física (EF) desponta como uma ferramenta eficiente no desenvolvimento de ações voltadas para a EA por intermédio de seus conceitos de corpo, saúde e envolvimento direto com o meio ambiente, seja por meio de seus conteúdos ou através de projetos como este relatado como experiência bem-sucedida no CIEP Governador Roberto da Silveira.

Para tanto, tomamos como referência um dos objetivos gerais do PCN (1998) para o ensino fundamental, que indica que os alunos sejam capazes de “perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente” (p.7).

Nessa linha de raciocínio, acreditamos que o modelo de EA que deve servir como exemplo para a escola e para os educadores é aquele que, ao contrário das teorias e das leis que não saem do papel e nem se esgotam nas palavras do discurso dos teóricos, é posto em prática e, seja qual forem os caminhos percorridos, levem o aluno à reflexão e ação para enfrentar os problemas em sua realidade.

Este projeto contribuiu para que o corpo discente da escola tenha tido a oportunidade de iniciar uma reflexão responsável sobre as questões atuais do meio ambiente. Acreditamos, no entanto, que este foi o primeiro momento de um caminho que deve ser trilhado para que haja um processo de transformação, no qual os alunos aprendam não só conceitos, mas compreendam o meio ambiente enquanto um espaço que deve ser preservado, adquiram uma consciência

ecológica que vise minimizar os impactos ambientais e, por meio de valores, possam assumir compromissos e papéis como cidadãos conscientes de sua responsabilidade na sociedade.

A Educação Física, enquanto componente curricular que trabalha com valores pode ser vista como uma disciplina que possui um rico espaço para a transformação de alguns paradigmas educacionais. Segundo Gadotti (2008), uma educação que venha a introduzir “uma cultura da sustentabilidade e da paz nas comunidades escolares é essencial para que elas sejam mais cooperativas e menos competitivas” (p.77). Sob este paradigma, parece que nos aproximamos de um objetivo que se alinha a um projeto de valores renovadores por meio de um trabalho interdisciplinar.

Finalizando, a partir daí, será possível perceber que o pontapé inicial foi dado, no sentido de o educando incorporar uma postura social crítica e reflexiva sobre os problemas ambientais globais que terão significado a partir das ações mais simples ou de projetos de iniciação à EA, seja por meio da EF ou de outras disciplinas, mas de forma interdisciplinar, no ambiente escolar que é o verdadeiro lócus de construção do conhecimento e de formação de cidadãos.

Concluindo, é desejável que as leis, políticas e projetos que “contemplam” a EA sejam postos em prática de maneira efetiva nas escolas, para que os efeitos no meio ambiente e na qualidade de vida da população sejam consolidados através de ações evidentes e não por intermédio dos discursos frequentes.

Sugerimos neste momento que o leitor possa analisar criticamente essas questões no ambiente escolar e sinalizamos a importância e necessidade de novos projetos interdisciplinares que visem à formação de um aluno crítico e consciente.

Referências

ALMEIDA, Nádia Ferreira de Araújo; BARBOSA, Sérgio Servulo Ribeiro. A Educação Física no melhoramento da qualidade de vida e consciência ambiental. *Revista Digital*, Buenos Aires, ano 14, n. 131, abr. 2009. <<http://www.efdeportes.com>>.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais* / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. *Carta Brasileira de Educação Física*, CONFEF. Brasil, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 18.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça. Padrões de industrialização, riscos e meio ambiente. *Ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 61-72, 1998.

FREIRE, João Batista; SCAGLIA, Alcides José. *Educação como prática corporal: pensamento e ação no magistério*. São Paulo: Scipione, 2003.

GADOTTI, Moacir. Educar para uma vida sustentável. *Pátio Revista Pedagógica*, Porto Alegre, ano XII, p. 12-15, maio/jul. 2008.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: EdUNESP, 1991.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LOPES, Alice Casimiro. *Currículo e epistemologia*. Ijuí, RS: Unijuí, 2007.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. *Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Carta Internacional da Educação Física e Desportos: 20ª Reunião da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*: Paris, 1978.

OSBORNE, R.; BATISTA, W. A. Educação Física na década da educação para o desenvolvimento sustentável. *Motriz*, Rio Claro, v.16, n.1, p.28-36, jan./mar. 2010.

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília, DF: MEC, 2008.

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA, PDDE: Sistemática Operacional – SME/RJ. Subsecretaria de Gestão e Coordenadoria de Planejamento, Rio de Janeiro, 2009.

RODRIGUES, Luiz Henrique; DARIDO, Suraya Cristina. Educação Física escolar e meio ambiente: reflexões e aplicações pedagógicas. *Revista Digital*, Buenos Aires, ano 11, n. 100, set. 2006. <<http://www.efdeportes.com>>

SAVIANI, Demerval. *Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional*. Campinas, São Paulo: Editores Associados, 1998.

THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K. *Métodos de pesquisa em atividade física*. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

VALENTIN, Leirí; SANTANA, Luiz Carlos. *Projetos de educação ambiental no contexto escolar: mapeando possibilidades*. GT: Educação Ambiental / n.22. UNESP - Rio Claro, São Paulo, 2010.

VARGAS, J. E. N. de; TAVARES, F. J. P., A Educação Ambiental no contexto da Educação Física Escolar. *Revista Digital*, Buenos Aires, ano 10, n. 69, 2004. <<http://www.efdeportes.com>>:

Submetido em 14/07/2014, aprovado em 28/04/2016